

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA

Celbo Antônio R. da Fonseca Rosas¹
celboantonio@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho faz parte da Tese de Doutorado em Geografia intitulada “A (des)construção da dicotomia rural-urbano no Extremo Noroeste Paulista”. O artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento territorial rural no Extremo Noroeste Paulista, através da implantação de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento territorial, e questionando sobre a eficácia desse novo padrão de desenvolvimento proposto no país, vinculado ainda àqueles implantados nas décadas de 1960 e 1970. Para se alcançar tal objetivo foram analisados diferentes projetos implantados nos municípios de Santa Fé do Sul, Santa Clara d’oeste, Santa Rita d’oeste, Santana da Ponte Pensa e Rubinéia, no Noroeste Paulista.

Palavras-chave: rural-urbano; desenvolvimento territorial rural; Noroeste Paulista.

TERRITORIAL RURAL DEVELOPMENT IN THE FAR WEST SÃO PAULO

Abstract: This work is part of the doctoral thesis in geography entitled " (no) construction of the rural-urban dichotomy in the far North-West of São Paulo ". The article aims to analyze the territorial rural development in the extreme northwest of São Paulo, through the implementation of public policies related to territorial development, and questioning of the effectiveness of this new proposed development pattern in the country linked to those still deployed, in the decades of 1960 and 1970. To achieve this goal was analyzed different projects deployed in the municipalities of Santa Fé do Sul, Santa Clara d'oeste, Santa Rita d'oeste, Santana da Ponte Pensa and Rubinéia, in Northwest of São Paulo.

Keywords: rural-urban; rural territorial development; Northwest of São Paulo.

1 Introdução

O objetivo deste texto é averiguar o desenvolvimento territorial rural no Extremo Noroeste Paulista (ENP), através da implementação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento territorial rural, questionando sobre a eficácia desse novo padrão de desenvolvimento proposto no país, vinculado ainda àqueles implantados nas décadas de 1960 e 1970. Tal região é composta pelos municípios de Santa Fé do Sul, Santa Clara d’Oeste, Santa Rita d’Oeste, Santana da Ponte Pensa e Rubinéia.

Para se alcançar tal objetivo, serão apresentados os principais projetos de desenvolvimento territorial rural de âmbito local. Teceremos diversas considerações a respeito das políticas de desenvolvimento direcionadas à agricultura de base familiar, uma vez que o atual desenvolvimentismo possui suas ações e políticas voltadas principalmente para o setor econômico, consubstanciada em uma sociedade capitalista e muitas vezes alienada. Porém, a adversidade econômica e a falta de atenção por parte do Estado, criam condições para o surgimento de diversos movimentos sociais.

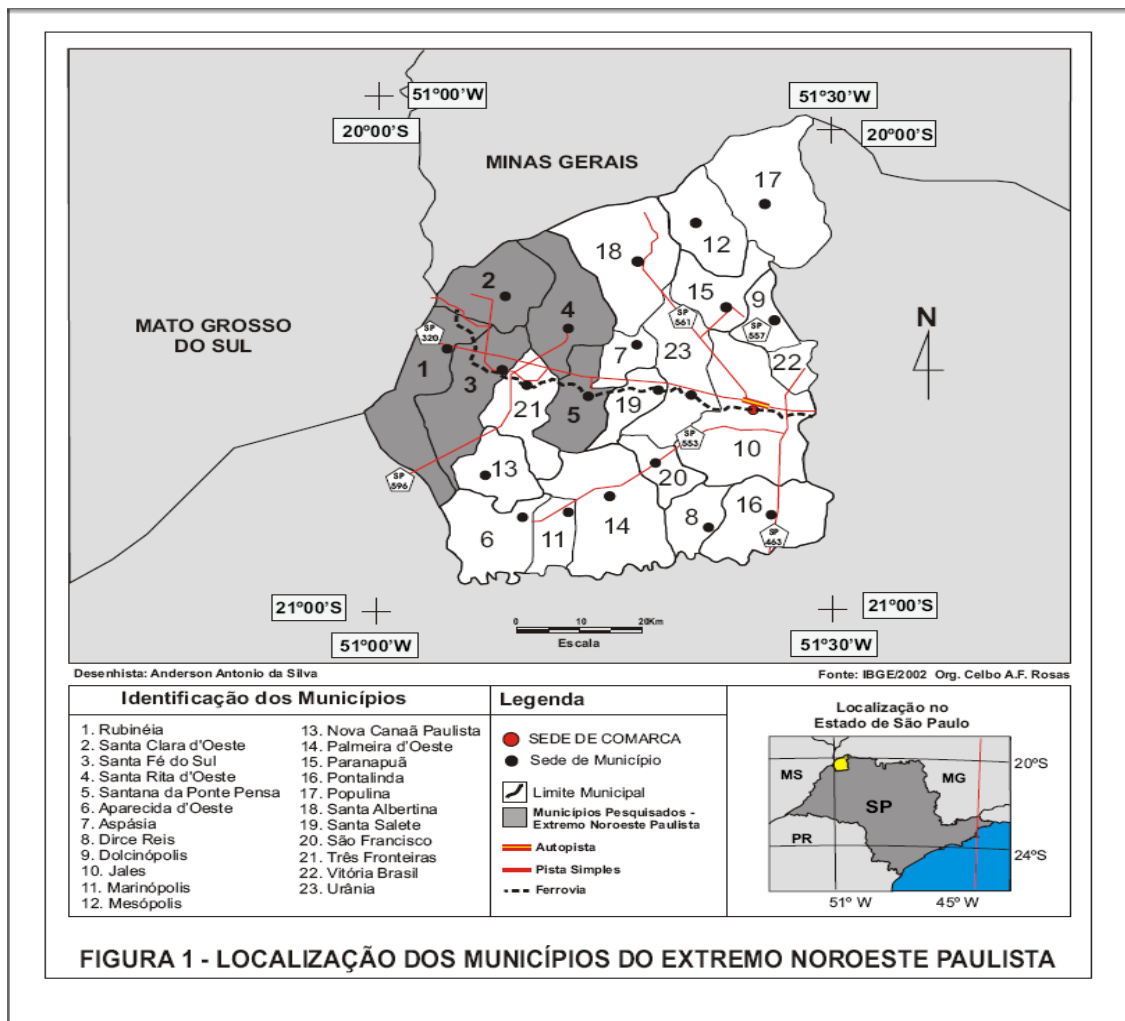
¹ Doutor em Geografia. Departamento de Geociências - UEPG - Ponta Grossa – PR.

Esta etapa da pesquisa foi realizada através da análise dos projetos vinculados ao desenvolvimento rural implementado pelos governos municipais no ENP. Tais planos foram separados e, posteriormente, verificou-se seus resultados no contexto regional, através da observação e vivência no local junto às famílias rurais atendidas pelos projetos. Buscou-se, dessa forma, responder a seguinte questão: os projetos de desenvolvimento territorial rural no ENP são/foram realmente eficazes? Nesse contexto, as principais referências teóricas utilizadas para substanciar nossa análise foram, dentre outros, Hespanhol (1999), Schneider (2003), Ortega (2008), Navarro (2001), Haesbaert (2002), Brose (2001).

Nota-se que o desenvolvimento territorial precisa acompanhar as transformações do espaço, procedidas pelo desenvolvimento tecnológico e novas relações capitalistas de produção, intensificando o processo de diferenciação social e territorial do trabalho, sobre a necessidade de novas diretrizes do desenvolvimento territorial no espaço, sobretudo rural, diferente daqueles submetidos em meados do século XX.

Para se analisar o desenvolvimento territorial rural no ENP, composto pelos municípios de Santa Fé do Sul, Rubinéia, Santa Clara d'Oeste, Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa, todos com menos de 30.000 habitantes, conforme se observa na Figura 1, verificaremos a criação e implementação de projetos de desenvolvimento territorial rural para uma região considerada neste trabalho estagnada (ORTEGA, 2008), deprimida (em relação à industrialização, ao desenvolvimento econômico e às políticas públicas), sendo necessário compreender o que é visível neste espaço de produção e quais são os mecanismos que mais servem para analisar tal relação.

Porém, o conceito de desenvolvimento territorial pode ser questionado quando expostas as verdadeiras necessidades das sociedades locais, assim como a eficácia dos projetos impetrados pelos poderes públicos.



2 Território e novas territorialidades geográficas

A abordagem territorial nas políticas voltadas ao desenvolvimento rural ainda é recente nas ciências sociais e na geografia, porém, a necessidade da utilização conceitual desse enfoque numa aplicação prática envolvendo administradores municipais, estaduais e até mesmo federais, necessita de um novo patamar analítico provindo da geografia, que é o território, palco das ações e da materialização humana através de criações materiais e imateriais, territorializado e reterritorializado em diversos níveis de atuação e de realidades distintas, que é próprio do território brasileiro.

A maior contribuição desse enfoque está, no entanto, em sua praticidade, e não apenas na teorização, pois se aplica às famílias mais necessitadas e carentes do país. Nesse sentido, é necessário que as sociedades que comunguem de um mesmo projeto e ideário, tenham em sua essência, mudanças significativas de caráter cultural e educacional, para que haja na busca dessa integração.

Esta porção do território apresenta características relativas à necessidade de um desenvolvimento territorial rural, pautado historicamente na falta de apoio aos produtores rurais, incentivo, conscientização, aprimoramento, condições de produção e até mesmo, em alguns casos, necessidade da utilização de novas técnicas por parte dos poderes públicos.

Esses pontos fazem com que tais produtores rurais busquem alternativas às dificuldades, se inserindo no contexto do capital ou saindo totalmente de seu meio, procurando em outros espaços, melhores condições de trabalho ou oportunidades não apresentadas neste, ou iniciam atividades não-agrícolas em seu estabelecimento rural, como o turismo rural, o artesanato, a fabricação de doces e compotas, dentre outros, construindo ou reconstruindo o seu território.

O conceito de território foi discutido por diversos autores geógrafos e não geógrafos. Faremos aqui uma apresentação das ideias sínteses daqueles que entendemos como os mais relevantes, como as de Haesbaert (2002), que observa que as análises relativas ao território são capazes de explicar o movimento de pessoas e coisas no espaço, e como elas se interagem ou se repelem, apresentando uma estrutura que, mesmo aparentemente distintas, se completam.

Para Haesbaert (2002), o território pode ser pensado através de três vertentes básicas: 1) jurídico-política, no qual o território é compreendido como um espaço delimitado e controlado, principalmente pelo Estado; 2) cultural(ista), que compreende o território como uma dimensão simbólica e subjetiva, apropriado através da identidade social no espaço e; 3) econômica, que compreende os aspectos materialistas baseados nas relações de classes sociais e na relação capital-trabalho.

Haesbaert (2002) verifica ainda multiterritorialidades não excludentes, mas integradas, divididas em territórios-zona, territórios-rede e aglomerados de exclusão. Os territórios-zona são expressões políticas, enquanto que os territórios-rede tem como base de análise os fatores econômicos. Já os aglomerados de exclusão são territórios sociais de excluídos economicamente do sistema. Além dessas abordagens, o autor leva em consideração o enfoque cultural, quando realiza pesquisas de des-territorialização da identidade gaúcha na região nordeste do Brasil.

Um dos pioneiros a debater a temática do território foi Raffestin (1993), que o entende na ênfase político-administrativa, ou seja, um espaço físico onde se localiza uma nação, com uma ordem política e jurídica, possuindo fronteiras e limites, através da

projeção do trabalho humano, revelando relações marcadas pelo poder de pessoas ou grupos.

Já para Souza (2001), o território pode ser abordado política e culturalmente. Tais visões são estabelecidas a partir de relações de poder, não estabelecidas especificamente pelo Estado, abrangendo uma área maior do que o território Estado-Nação. O autor traz como proposta o território autônomo, numa sociedade capaz de gerir livremente o seu território, porém, com as mesmas relações de poder de outros territórios, mas sem a figura do Estado como instância centralizadora e distante dos anseios sociais.

Já para Saquet (2004), o território é produzido no tempo e no espaço, através das relações de poder de um determinado grupo social, por um período curto ou longo de tempo, em diferentes escalas, considerando o território não apenas como aquele gerido pelo Estado-Nação. O autor aproxima sua análise da proposta de Haesbaert (2002), pois realiza suas análises enfatizando os aspectos econômicos, políticos e culturais na formação de múltiplos territórios, porém, considera a natureza como indissociável do território, não podendo ser excluída de uma abordagem territorial.

Outro autor que se utiliza das discussões sobre o conceito de território é Andrade (1995), e enfatiza que o território pode ser compreendido administrativamente, jurídico, fiscal, econômico, com uma análise política e econômica. O autor enfatiza que o espaço é mais amplo que o território, englobando-o, sendo o território uma área com delimitação política através de fronteiras.

Na perspectiva de Santos (1985), o território é formado fora do território, através de uma construção histórica, e leva em consideração sua configuração econômica, política e social. Para o autor, esse processo de formação do território ocorre através da produção do espaço, sendo configurado pelas técnicas, meios de produção, objetos e coisas. Já em Santos (1999), o território passa a ser o palco das ações do capital e, conseqüentemente, das relações de trabalho e de classes sociais que permeiam o processo de formação territorial.

Já Fernandes (2013) propõe uma tipologia de territórios para superar a perspectiva de um pensamento simples de um território de governo. O autor estabelece o território com bases imateriais, das ideias, políticas, e materiais, como resultado das construções humanas e apropriações do espaço, diante da perspectiva de múltiplas determinações e dimensões. Nessa perspectiva, a produção do território é a produção do

sujeito. O autor defende que é a partir do território que podemos construir alternativas anticapitalistas, através da territorialização.

Entendemos que a abordagem de Fernandes (2013) e Haesbaert (2002) são as que mais se adéquam ao pensamento aqui exposto, no processo de formação territorial do ENP.

Diante de tais definições, a abordagem territorial seria um aspecto determinante capaz de explicar o papel do contexto do espaço e de sua construção na dinâmica local e rural, comandada pelas famílias rurais e suas relações com o global, numa perspectiva econômica, neste aspecto. Desse modo, a geografia vem tecendo novos argumentos para a compreensão desse caráter de territorialidade. “O enfoque territorial considera sobretudo a valorização coletiva e negociada das potencialidades das localidades, das coletividades ou das regiões, chamadas de atributos locais ou de ativos específicos.” (SABOURIN, 2002, p. 25).

O crescimento das cidades, nessa perspectiva, não leva necessariamente a um aumento do consumo, já que a saturação do mercado urbano para trabalhadores menos qualificados provindos do campo, faz com que estes permaneçam desempregados por muito tempo, ou aceitem um emprego que implique na redução do consumo de alimentos. “Ainda assim terá havido, no entanto, um aumento da demanda (em mercado) de alimentos, dado o desaparecimento (ou substancial redução) dos cultivos familiares dos emigrados.” (CASTRO, 1979, p. 104).

A construção desses espaços no ENP ocorreu quando imigrantes de diversas regiões e origens se dirigiram para a referida região na década de 1940, com promessas de terras a baixo custo e com pagamento a longo prazo, criando nesse caso uma primeira relação entre o campo e a cidade no momento em que as atuais cidades do ENP foram criadas.

Entre as décadas de 1940 e 1950, a atividade agrícola nas cidades que se formavam no ENP possuía a prioridade na economia de fronteira que se abria, pois as cidades representavam apenas o domicílio e serviam de dormitório para vários de seus moradores, com pouco dinamismo e funções urbanas expressas por uma cidade, como infraestrutura e ofertas comerciais, de saúde e de ensino.

Nota-se, portanto, que a análise rural na perspectiva territorial engloba diversas vertentes que, de maneira ampla, vem se solidificando num complexo de múltiplas relações que compõe o real, com fatores provindos da economia, da cultura, do social,

do político, do natural, entre outros, na perspectiva proposta neste trabalho, inclusive de ações estabelecidas por políticas que propõe projetos de melhorias para o território.

3 Apontamentos iniciais para o desenvolvimento territorial rural

Quando se fala em desenvolvimento, percebe-se que este é muito maior que o crescimento econômico, e que de acordo com Brose (2001, p. 11), é “[...] entendido como melhoria da qualidade de vida”, das relações de produção, educacional, ambiental, econômica, buscando a superação da pobreza em regiões menos favorecidas. “Quer dizer, quando se tem um processo inclusivo, quando todos participam do repartido das riquezas geradas, podemos dizer que o crescimento se transforma em desenvolvimento.” (ORTEGA, 2008, p. 28).

No último quinquênio do século XX, Navarro (2001) aponta dois principais momentos nos quais a noção de desenvolvimento rural se inseriu diretamente no âmbito do interesse de governantes e sociedades em geral. O primeiro período nasce após a Segunda Guerra Mundial e se estende até a década de 1970.

Neste momento, o florescer de um padrão urbano-industrial revolucionava o padrão de vida e o comportamento social. Alicerçado na denominada Revolução Verde, o padrão tecnológico inserido no campo “[...] rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social [...]” de uma comunidade. (NAVARRO, 2001, p. 84).

Já o segundo momento proposto por Navarro (2001), é mais recente, tendo início em meados da década de 1990, e traz à tona conceitos diferentes daqueles implantados na década de 1970, já que vislumbra a impossibilidade de desenvolvimento, ou pelo menos uma dificuldade de implantação e materialização. Tal retomada do tema ocorre, principalmente, pela inquietude social e política gerada pela falta de esperança e projeções em relação ao futuro.

De acordo com Abramovay (2000), duas importantes correntes intelectuais contribuem para repensar o desenvolvimento rural. A primeira delas enfatiza a noção de capital social, formada por um conjunto de objetos capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e organizações, buscando o aumento da eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. A segunda corrente privilegia a dimensão territorial do desenvolvimento, e comunga a ideia de que a

competitividade é um atributo natural do ambiente, antes mesmo de ser um trunfo de cada empresa.

Mas, além de fatores naturais e locacionais, esta corrente estuda as relações entre redes de diversas instituições, como o acesso público aos bens comuns, como a educação, a saúde, entre outros, como destaca Sorj (2000), enriquecendo o tecido social de uma determinada região. Porém, a convergência de pensamentos destas duas correntes permite a ampliação das reflexões sobre o meio rural, “[...] que não pode ser confundido com a base geográfica de um setor econômico, nem considerado como o resíduo daquilo que não pertence às cidades.” (ABRAMOVAY, 2000, p. 1).

Portanto, os estudos e projetos de desenvolvimento agrário, para Navarro (2001), possuem como prerrogativas a dinâmica do capitalismo agrário do passado, a interpretação do presente, e indicações e possibilidades para o futuro, englobando determinantes sociais, políticas e econômico-estruturais de um determinado período, sob o enfoque territorial. Tal abordagem é criticada por Fernandes (2013), quando aponta as diferenças entre os paradigmas do capitalismo agrário e os paradigmas da questão agrária.

Já a definição de desenvolvimento rural, de acordo com Navarro (2001), se diferencia das demais por possuir um caráter de ação preventiva articulada, pretendendo causar mudanças em um determinado ambiente rural. Nesse sentido, o Estado sempre esteve presente na elaboração de propostas de desenvolvimento rural, por ser a representação legítima da sociedade.

Ainda para Navarro (2001), o desenvolvimento rural, embora tenha o significado de destacar melhorias do bem estar para as populações rurais através do desenvolvimento intersetorial, teve modificações de sua definição através do tempo, com a abordagem de diferentes estratégias de aplicação e leitura conjuntural do momento, já que este era visto como sinônimo de agrícola.

No Brasil, as experiências de desenvolvimento territorial rural começaram a ganhar maior expressão na década de 1980, num contexto de crise econômica, onde se tentou buscar alternativas autônomas de desenvolvimento em espaços locais, através da luta da sociedade civil, com base na gestão de políticas públicas (orçamento participativo, conselhos municipais), em confronto ao Regime Militar, buscando, de acordo com Ortega e Mendonça (2007), a construção de um desenvolvimento

participativo, negando a imposição de políticas por parte dos governos, sem participação e consentimento popular.

O governo brasileiro adota o enfoque territorial para buscar o desenvolvimento rural, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, saindo da abordagem setorial. Nessa perspectiva, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tal secretaria vem elaborando diversas políticas com o intuito de retirar as populações marginalizadas de algumas áreas rurais, visando um maior dinamismo econômico das regiões e oportunidades para essas famílias. (WEIGAND JÚNIOR, 2003). Áreas urbanizadas poderiam auxiliar regiões rurais próximas, com perspectivas comuns de desenvolvimento baseado na diversidade cultural.

Nesse sentido, para Sabourin (2002), os agentes decisórios locais (prefeitos, vereadores, governadores, dentre outros), possuem uma preocupação imediatista, de caráter emergencial, já que o resultado de suas ações no plano desenvolvimentista é um elo de ações concretizadas que tocariam e sensibilizariam diretamente os eleitores, na maioria dos casos.

De acordo com Sepúlveda, Rodriguez e Echeverri (2003), o desenvolvimento territorial possui um caráter institucional e multidisciplinar, sendo importante nas escolhas para a definição de múltiplas visões nas determinações das políticas públicas. Dessa forma, o enfoque territorial deve apresentar uma visão integradora dos aspectos ambiental, econômico, social, histórico-cultural, político e institucional, capazes de interação no espaço do território. Essas dimensões devem ser consideradas como fundamentos para se repensar o tipo de desenvolvimento rural, apontando fatores positivos à concepção de um modelo geral de desenvolvimento. (PERICO; RIBEIRO, 2002).

Diante do exposto, apresentaremos como a abordagem do desenvolvimento territorial rural foi implementada nos municípios localizados no ENP, e quais os resultados de tais aplicações junto às comunidades rurais desse território.

4 Projetos de desenvolvimento territorial rural no ENP

De acordo com Abramovay (2002), o desenvolvimento territorial teve início na Itália, por volta de meados da década de 1970, como resposta ao dismantelamento dos sistemas de seguro social e no modelo de desenvolvimento fundamentado na coesão.

Para Vilela (1999), existem três problemas a serem expostos numa análise baseada no desenvolvimento territorial. Primeiramente, apenas o território local visto como base para o desenvolvimento, não ultrapassa as definições de sua base econômica, delimitando o desenvolvimento rural local apenas com base economicista, se desvencilhando de qualquer outra perspectiva analítica.

O segundo problema é o uso do local como delimitação espacial, sem transcender os limites administrativos, e vinculados apenas a um aspecto local da análise, e isso seria um reducionismo para se analisar o contexto do rural e do urbano. Já o terceiro problema estabelecido por Vilela (1999), estaria na retomada da análise do local com uma perspectiva a-histórica, sem levar em consideração as ocorrências desse local, assim como uma análise pautada nos acontecimentos imediatistas, desconsiderando ou ignorando um avanço na construção de um conceito e do próprio lugar.

Navarro (2001) estabelece alguns limites ao desenvolvimento rural no Brasil, sendo que o primeiro deles é a extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais existentes nas diversas regiões que também se diferenciam em diversos aspectos.

Nesse sentido, o desenvolvimento rural deve ser pensado, mesmo que integrado a macro-setores, localmente, já que as necessidades das famílias rurais do Nordeste brasileiro não são as mesmas encontradas no ENP, por exemplo.

As ações de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no ENP se estabeleceram também, dentre outros, por atos consubstanciados sob ações municipais. O rural no ENP possui, ainda hoje, relações tipicamente familiares, como um todo, no entanto vai perdendo sua identidade quando se inicia o avanço de atividades monocultoras, como a cana-de-açúcar, ou quando os filhos dos produtores se esvaem do campo à procura de oportunidades distintas no espaço urbano, e até mesmo na falta de confiança que estes possuem em relação à ação do poder público municipal e sua tentativa de criar projetos de desenvolvimento territorial rural.

Esse caráter fica evidenciado ainda mais quando as interferências do Estado no espaço rural não ocorrem de maneira a beneficiar os produtores mais descapitalizados, uma vez que o próprio Estado está sob domínio das elites econômicas, traçando metas de intervenção através de políticas macroeconômicas e setoriais em detrimento da maioria da população (HESPANHOL, 1999).

Estas características se encontram presentes em diversas regiões do país, inclusive na produção do espaço do ENP, onde apesar do processo de ocupação ocorrer sob o prisma da Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC) na década de 1940, consubstanciado em pequenos estabelecimentos rurais, tal ação se procedeu sob o mais claro caráter capitalista, buscando auferir lucro constantemente à empresa colonizadora.

Para Sepúlveda, Rodríguez e Echeverri (2003), a ideia sobre o desenvolvimento rural se distingue em duas vertentes do pensamento. A primeira seria relativa aos aspectos de desenvolvimento conceitual como tal, e a segunda, voltada aos aspectos associados à prática do desenvolvimento rural por parte dos governos e agências de desenvolvimento.

O desenvolvimento rural nessa concepção privilegia as estratégias familiares de sobrevivência e as mudanças dos modos de vida rurais, mostrando que muitas vezes, os objetos que transformam os locais, a vida das pessoas e o sistema de produção estão nos próprios locais e territórios onde vivem. Tais mudanças não são apenas de caráter econômico, mas garante que a reprodução social e cultural serão mantidas e fortalecidas.

A definição de desenvolvimento rural para esses autores é a de representação de um conjunto de ações e práticas no intuito de diminuir a pobreza nas áreas rurais, estimulando a participação dos habitantes deste espaço, e levando-os a decidir e definir suas prioridades de mudanças. (ELLIS; BIGGS, 2001).

De acordo com Schneider (2003, p. 4), existem quatro elementos-chave que indicam o encaminhamento desse processo, que são “[...] a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais através de sua participação social, o enfoque na dimensão territorial e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental.” O autor considera ainda a importância em se buscar conceitos, mas lembra que o desenvolvimento rural deve ser estabelecido de maneiras diferenciadas, conforme o enfoque que este for estudado ou aplicado.

Dessa forma, o desenvolvimento rural também está ligado aos processos de mudanças sociais, favorecendo a melhoria da qualidade de vida das populações locais, e buscando uma legitimação e emancipação política e econômica.

Essa conceituação de desenvolvimento rural também se remete a Martins (2002), quando afirma que só é possível haver desenvolvimento quando a maioria da população

seja beneficiada, sem que a base para o referido programa tenha uma variável destinada apenas à satisfação de um grupo de interesses, ou até mesmo beneficie apenas os mais amparados economicamente.

Navarro (2001) procurou uma definição para o desenvolvimento rural a partir das inquietações ocorridas pelas sociedades na contemporaneidade, estabelecida por dificuldades de sobrevivência e reprodução, sobretudo numa sociedade capitalista. A noção de desenvolvimento rural se restringe ao seu uso prático e normativo, caracterizando ações e estratégias de projetos definidos pelo Estado, visando a melhoria na condição de vida do habitante do campo em seus diversos níveis.

Já sobre o enfoque de desenvolvimento rural baseado no território, Schejtman e Berdegú (2004) estabelecem que é uma abordagem instrumental, que busca a compreensão de atores, políticas públicas, e instituições a partir do território e de suas especificidades. Seu objetivo é combater a pobreza nas áreas rurais a começar das transformações produtivas; articulando de forma competitiva e sustentável a economia do território a mercados dinâmicos; e institucionais, fazendo com que os atores locais se interajam entre si e com agentes externos, proporcionando interação entre a população no processo e nos benefícios desse projeto.

Nota-se que o sentido estabelecido para se compreender e tomar considerações sobre o desenvolvimento territorial rural ultrapassa as implicações políticas locais. Ela engloba a articulação entre o município, as empresas e a sociedade, e num âmbito maior, pode ser regulamentada por definições estatais ou federais.

Para Favero e Gramacho (2004, p. 4), o processo de desenvolvimento territorial ocorre devido a três processos distintos que estão interligados, que são “[...] a crise do modelo fordista-keynesiano de crescimento; a reestruturação do Estado, dos seus sistemas de regulação e das relações deste com a economia e a sociedade; e as mudanças operadas nas próprias estruturas e sistemas de relações sociais.”

Dessa forma, o ENP possui nas políticas públicas um direcionamento necessário para o desenvolvimento territorial rural, sejam elas de âmbito federal, estadual ou municipal. Verificamos que as demandas locais foram cruciais para o estabelecimento de tais políticas, e que sua efetivação estabeleceram melhorias significativas nas condições de vida das famílias rurais. Evidentemente que o acesso a tais políticas não são homogêneas, e que sua amplitude e continuidade ainda requerem amadurecimento e

análises constantes, fazendo com que os responsáveis pela aplicação fiquem sempre atentos a continuidade dessas ações, fato que nem sempre ocorre.

Pensar em desenvolvimento territorial rural consiste primeiramente em analisar as consequências de tal desenvolvimento, e para quem ou o que se pretende em realizar tal ação, como a realidade observada no ENP.

O ponto de partida seria aprender e diagnosticar a realidade local para construir políticas em conjunto (poder público e sociedade) e/ou conforme as necessidades de cada grupo social. Para isso, o acesso à educação é fundamental nesse processo, já que as sociedades necessitariam de encaminhamentos e auxílios, até mesmo assistencialistas por parte de diversos contribuintes, além do Estado, como geógrafos, sociólogos, técnicos agrícolas, agrônomos, biólogos e professores, a fim de ampliação de seus ideais. Propomos, portanto, uma ação conjunta, sem retirar a responsabilidade do Estado.

Quando se fala em desenvolvimento territorial rural, pensa-se em instrumentos criados e planejados, em diversos níveis, para se procurar a integração entre áreas mais desenvolvidas com outras em vias de desenvolvimento, ou até mesmo equalizar espaços antagônicos e diferenciados num mesmo patamar, algo muito utópico de se alcançar. Neste caso, o meio rural persiste em ser aquele cujo potencial sempre está direcionado às cidades, dependendo dessas para progredir e sobreviver.

No ENP, tais instrumentos de políticas foram criados, além daquelas de âmbito estadual e federal, pelos agentes locais. Dentre as principais ações estão o Programa de Incentivo à Agropecuária de Santa Fé do Sul (PROAGROSSUL), criado pela Lei Municipal 2164/2002, sendo atendidos agricultores familiares rurais do município (com estabelecimento de até 50ha, que contenha uma renda total proveniente do campo de até 80%, já que muitos produtores possuem rendas de outros serviços, notoriamente da cidade), através da extensão rural, visando a implantação de novas tecnologias, aplicação de calcário, terraceamento, plantio direto na palha, plantio de cana forrageira, plantio de cereais, silagem, preservação de nascentes e inseminação artificial, oferecendo o incentivo no pagamento de 50% dos custos de quase todos os itens supracitados, exceto a preservação de nascentes com o plantio de mudas, cujo incentivo chega a 100%.

Outro projeto, aproveitando o potencial fluvial do ENP, foi a criação do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Piscicultura, em

08/03/2004, conveniada com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com a instalação de 860 tanques-redes no município de Santa Fé do Sul. Existem também 30 tanques-rede instalados no córrego do Sapé, que se localiza na divisa municipal de Santa Clara d'Oeste e Rubinéia, tendo 122 cooperados na cooperativa. Tal projeto fortaleceu diversos ribeirinhos e pescadores nos municípios.

Já o Programa Nacional de Crédito Fundiário é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e possui seus créditos fornecidos através do Banco do Brasil, visando o financiamento de recursos destinados à compra de terras para trabalhadores rurais “sem terra”, na condição de diarista, assalariado; as famílias produtoras rurais não proprietárias (arrendatários, parceiros, meeiros, dentre outros); os filhos de dessas famílias, com idade entre 18 e 24 anos.

Para se alcançar tais metas, a ação das secretarias e dos conselhos municipais de desenvolvimento rural são imprescindíveis na negociação de terras, na inscrição e verificação dos proponentes, já que estes órgãos são responsáveis diretamente para o alavancamento do desenvolvimento rural local.

O Galpão do Agronegócio foi construído em 10/09 de 2004, através de convênio com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, visando a criação de novas agroindústrias de pequeno porte, como as ligadas ao comércio de Frutas, que compram frutas e legumes de produtores da região, e agrega valor com tratamento pós-colheita para distribuição na rede varejista regional.

Em 2006, a Associação dos Produtores Rurais, denominada “Dr. Hélio de Oliveira”, se instalou no local, mantendo várias atividades como o secretariado, o assistencialismo e a administração da Patrulha Agrícola Municipal, que oferece dois tratores e dois funcionários para os associados que necessitem de prestação de serviços gratuitos através de agendamento.

A Feira Livre do Produtor Rural foi criado em 2003, e consiste em um estabelecimento destinado a abrigar e fazer com que os moradores do campo que estejam cadastrados possam vender seus produtos à população local, como forma de incentivo à comercialização. Atualmente, 80 cadastrados expõem seus produtos agrícolas ou não-agrícolas para venda, criando mais incentivo àquela população. Porém, nota-se que outros comerciantes de origem urbana usufruem do mesmo espaço, vendendo pastéis e alimentos feitos na hora, peixes, comidas orientais prontas, doces, pães, verduras, frutas, entre outros.

O viveiro municipal de mudas teve seu funcionamento concretizado no início da década de 1990, porém, sua efetivação ocorreu somente em 05 de julho de 1997, quando passou a se localizar no espaço destinado a ele atualmente. Sua função é a produção e a distribuição de mudas de diversas espécies para plantio, dentre os de interesse comercial (café, eucalipto e frutíferas), as mudas nativas e ornamentais. Para adquiri-las, é preciso somente provar onde irá plantá-las e a quantidade.

A adequação, manutenção e recuperação de estradas rurais foi realizada por meio de convênio com a FEHIDRO e com o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), desde 1992, através do consórcio Pró-estrada, visando a facilitação de locomoção dos moradores do meio rural por mais de 12 estradas (110km), além da limpeza e desassoreamento de 200 caixas de contenção de água, em conjunto com os municípios de Santa Rita d'Oeste, Santa Clara d'Oeste, Rubineia, Santana da Ponte Pensa e Santa Salete, município limítrofe ao ENP.

De acordo com Weigand Júnior et al. (2003), há necessidade em se promover o desenvolvimento territorial rural, devido ao aumento da pobreza. Isso não pode excluir os problemas macroestruturantes, como a reforma agrária, e a melhoria nos setores de ensino e saúde.

Dessa forma, entendemos que as propostas apresentadas e aplicadas no ENP, efetivam o desenvolvimento territorial rural de diversas famílias rurais, porém, carecem de recursos e de continuidade política para a ampliação das oportunidades criadas por essas políticas municipais.

5 Considerações Finais

A base prática do desenvolvimento rural com ênfase no território é marcada no Brasil por alguns princípios descritos por Weigand Júnior (2003). Essas bases são essenciais para o sucesso na efetivação da aplicação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial rural. Pode-se destacar o planejamento e gestão participativos; autonomia de organização e tomada de decisões, associada com diversos níveis de governo; competitividade no mercado; promoção da equidade social, econômica e política; sustentabilidade ambiental do território e integração institucional e política do território.

Para Navarro (2001), o caráter político ideológico norteia as decisões iniciais sobre tal prática, porém, essa ação deve ocorrer conforme as necessidades e anseios dos próprios moradores locais.

Diante dos enfoques apresentados, as políticas públicas no ENP possuem abordagens externas e internas aos municípios. Neste artigo, observamos principalmente as políticas direcionadas de caráter interno, procedido pelos municípios, que tinham como objetivo implementar o desenvolvimento territorial rural.

De acordo com as aplicações e vivências observadas durante o trabalho, tais políticas refletem efeitos diversos, levando em consideração que essa porção do território possui investimentos diferenciados da maioria dos municípios ou regiões do Brasil, devido aos diversos projetos de âmbito local no intuito de dinamizar a economia rural local.

Diante de tais aplicações, elencamos alguns pontos de destaque para averiguar os resultados dessas políticas. Primeiramente, elencaremos alguns pontos positivos: 1) consistem em verificar as necessidades das comunidades locais na construção de políticas públicas; 2) possuem abrangência de programas e áreas efetivamente afetadas; 3) atendem uma população de base familiar que não possuía, conforme a realidade local, condições de serem atendidas por alguma forma de auxílio; 4) os programas de desenvolvimento levam em consideração não apenas os aspectos econômicos, embora estes sejam os principais, mas também os de caráter social e cultural.

Já os pontos negativos podem ser verificados por: 1) não atendem a todos os necessitados que tem interesse em participar das políticas; 2) são passíveis de seguir interesses políticos de uma classe dominante local; 3) apresentam dificuldades de articulação, organização e conhecimento técnico por parte das famílias rurais; 4) os serviços de extensão rural são insuficientes para atender a demanda; 5) as famílias tem dificuldades em inserir tecnologias apropriadas, agregando valor aos produtos.

Uma alternativa aos problemas enfrentados pelos pelas famílias rurais é a organização, através de associações e/ou cooperativas familiares, visando a facilitação da organização de necessidades coletivas.

Porém, as características do espaço rural brasileiro podem levar a uma dificuldade na realização de projetos coerentes, caso não haja convergência dos interesses e uma sintonia política, sem levar em consideração algo impossível de não se enxergar: a corrupção e desvio de recursos. No caso dos municípios do ENP, deve se

considerar a governança de quatro anos de um prefeito (oito, no caso de reeleição), como dificuldade dessa implantação, já que as imagens e as vaidades pessoais e políticas são, na maioria das vezes, maiores do que um projeto continuado em um mesmo espaço, o que dificulta a sequência dos projetos aplicados nos municípios.

Por ser variado e distinto, deve-se considerar o desenvolvimento territorial rural como único em cada caso específico, sendo que sua imposição deve fazer parte de um contexto aceito e trabalhado por todos os envolvidos, para que haja legitimidade por parte dos beneficiados.

Acreditamos que as políticas públicas estão atrás das verdadeiras necessidades das famílias rurais, como por exemplo, a reforma agrária. Porém, caso tais políticas não existissem, as dificuldades das famílias que vivem no e do rural seriam muito maiores. Em contrapartida, entendemos que as necessidades de tais políticas são momentâneas, uma vez que a base necessária para a consolidação das reais demandas deve ser construída a partir das bases do Estado ao longo do tempo.

Percebemos que as características do desenvolvimento territorial rural no ENP possui um caráter positivo no âmbito local, pois apesar de carecer de diversas características e demandas, atende a uma sociedade carente de recursos e que luta para se reproduzir no campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Economia Aplicada**. V. 4, nº 2, abril/junho, 2000.

ANDRADE, Manuel C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife, IPESPE, 1995.

BROSE, Markus. Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão. In: ETGES, Virgínia E. (Org). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul-SC: EDUNISC, 2001. p. 11-17.

CASTRO, Antonio Barros de. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: _____. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979. V. 1, p. 81-146.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. **Evolving Themes in Rural Development 1950-2000s**. Development Policy Review, 19 (4), 437-448, 2001.

FAVERO, Celso A.; GRAMACHO, Zoraide da Silva. O desenvolvimento territorial rural e a universidade. In: **Revista Informe Gepec**. Toledo – PR, Vol. 08, Nº 2, jul/dez. 2004.

FERNANDES, Bernardo M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente: UNESP, 2013. V. 1. Tese de Livre docência.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETTE JÚNIOR, Messias (org). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**. Presidente Prudente: UNESP, 1999. p. 21-41.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados, São Paulo: USP, Vol. 15, Nº 43, 2001.

OLIVEIRA, A. R. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: do viés setorial à abordagem territorial. In: EGAL, Lima – Perú, 2013. Eixo 5.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Editora Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008.

ORTEGA, A. C.; MENDONÇA, N. C. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs) **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007. P. 93-121.

PERICO, Rafael E.; RIBEIRO, Maria Pilar. Lo rural como territorio. In: _____. **Nueva ruralidad**: visión del territorio em América Latina y el Caribe. San José: IICA, 2002. P. 23-43.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, Eric.; TEIXEIRA, O. A. (Ed). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002. P. 21-37.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SCHNEIDER, S. **Desenvolvimento rural regional e articulações extra regionais**. I Fórum internacional território, desenvolvimento rural e democracia. Fortaleza, 2003.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural. In: ECHEVERRÍA, R. **Desarrollo territorial rural en América Latina y Caribe: manejo sostenible de recursos naturales, acceso a tierras y finanzas rurales**. Chile: RIMISP, 2004.

SEPÚLVEDA, Sérgio; RODRIGUEZ, Adrián; ECHEVERRI, Rafael. Territorios rurales, estratégias y políticas em América Latina. In: **Seminário Internacional Território, desenvolvimento rural e democracia**. Fortaleza – CE: IICA, 2003.

SORJ, B. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

VILELA, Sérgio L. de O. **Globalização e emergência de múltiplas territorialidades: reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado**. Campinas:

UNICAMP, 1999. Tese de Doutorado. 205p.

WEIGAND JR, Ronaldo et al. Experiências brasileiras de desenvolvimento territorial rural sustentável. In: **I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento rural e democracia**. Fortaleza – CE: CONDRAF, 2003.